

Educadores debatem saída para crise do ensino

SÍLVIA MAIOLINO

O advogado Waldir Troncoso Peres, um dos mais respeitados criminalistas de São Paulo, sempre estudou em escolas públicas, mas optou pelo ensino particular para seus três filhos. Já o professor e também advogado Raul Schwinden preferiu que seus filhos estudassem, como ele, na escola pública, uma escola que conheceu de perto, lecionando no Instituto de Educação Caetano de Campos. Os dois lembram-se com orgulho do grupo escolar e do ginásio em que estudaram e lamentam a crise de hoje. "O ensino público está decadente. Mas o particular também", comenta Raul Schwinden.

Por quê? Os educadores não têm dúvida: o principal problema é a má-formação dos professores.

"Nos últimos anos, houve mudanças qualitativas no corpo docente, principalmente depois que o governo federal permitiu o surgimento de dezenas de faculdades particulares, de padrão extremamente disonível", afirma Celso de Rui Beisiegel, professor da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

Para ele, boa parte do magistério é vítima de uma política de diminuição dos investimentos públicos em Educação que, em vez de abrir novos cursos nas universidades públicas, favorece a abertura de "faculdades de fim de semana". Por isso, os professores chegam às escolas despreparados para transmitir conhecimento a seus alunos. Raul Schwinden, que acompanhou durante vários anos os antigos exames de admissão para o ginásio, compara: "O nível hoje é tão baixo que se os professores prestassem aqueles exames muitos seriam reprovados".

As críticas contra a qualidade das escolas públicas começaram na década de 60. Naquela época, o número de escolas primárias era muito maior que as salas de ginásio e a seleção era feita pelo exame de admissão. Em 1967, Antônio Barros de Ulhoa Cintra, secretário da Educação, decidiu ampliar as salas do ginásio e passou a oferecer 250 mil novas vagas. Foi muito criticado por "democratizar" o ensino em São Paulo.

Eram 250 mil crianças que terminavam o primário e ficavam largadas na rua. Foi chamado de subversivo, de comunista", comenta Ulhoa Cintra, que chegou a responder a um inquérito policial militar sobre as mudanças que promoveu. "É difícil comparar as duas situações. Antes, havia poucas escolas para poucos alunos. Com a ampliação, mudaram-se os padrões. E os professores não analisaram a iniciativa como uma nova política pedagógica, resistindo às mudanças", lembra o professor Jorge Nagle, reitor da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", a Unesp. "Houve uma alteração na rede: as escolas começaram a abrigar as populações de baixa renda, com qualidade de vida precária, diferente da dos outros alunos", completa Celso Beisiegel.

As escolas passaram a funcionar em três períodos, provocando um aumento da carga horária dos professores. Novos profissionais precisaram ser admitidos, surgindo, então, muitas faculdades particulares. Ao mesmo tempo, os salários dos professores começaram a ser reduzidos. "Até o final da década de 50, um professor ganhava o mesmo que um juiz, um promotor ou um coronel da Força Pública. Hoje, ganha menos que um soldado", lamenta Raul Schwinden.

O aumento da carga horária e a redução salarial desmotivaram os professores, obrigados a lecionar em mais de uma escola. "Quando trabalhava num único local, o professor tinha maior contato com pais e alunos. Ele e a escola eram personalizados. Tudo isso se perdeu", lembra Jorge Nagle.

"A crise na escola pública está transformando o ensino superior em algo altamente elitista. Só os alunos das escolas particulares têm acesso às universidades públicas", lamenta Waldir Troncoso Peres. O relatório Fuvest-87, com os dados do vestibular da USP do ano passado (o deste ano não foi concluído), confirma a opinião de Waldir Troncoso: dos 6.412 alunos aprovados, 59,1%, ou 3.979 calouros, fizeram o segundo grau em escolas particulares.

"O vestibular é uma seleção formalmente democrática. O problema está na preparação dos alunos" — afirma o professor José Goldemberg, reitor da USP. Para tentar ampliar as chances dos alunos das escolas públicas, uma comissão discute um projeto que, se aprovado, oferecerá determinado número de vagas só para alunos da rede pública.

COMO MELHORAR?

Para os professores e educadores, serão necessários, pelo menos, dez anos para recuperar o padrão da escola pública. "A médio prazo, a medida mais importante é fortalecer o ensino nas primeiras duas séries do primeiro grau, quando os alunos são alfabetizados", afirma o professor Nagle. Para ele, se o aluno aprende bem a ler, escrever e contar, é quase transformado em um vencedor, prosseguindo seus estudos com maior facilidade. Mas, se o aluno apresentar falhas nesta fase, elas vão repetir-se nos outros anos e serão irreversíveis. "Começando pela alfabetização, vamos criar uma nova safra", diz Nagle.

Por isso, o reitor da Unesp apóia a criação da Jornada Única para o Ciclo Básico. "Há muito tempo, o magistério pressiona o governo para que as crianças fiquem mais tempo na escola e que o professor possa dedicar-se mais. É claro que é preciso, também, melhorar o salário dos professores, bem como equipar e reformar as escolas", completa o reitor Jorge Nagle. E ele dá uma sugestão: as antigas professoras primárias que estão aposentadas poderiam ser convidadas a voltar às escolas, para assessorar aquelas que estão começando.

O secretário da Educação, Chopin Tavares de Lima, também fala no prazo de dez anos. Para ele, o carro-chefe é a Jornada Única, que "precisa de mais tempo de execução, antes de ser criticada". Além disso, está investindo na formação de professores e na reciclagem dos mais antigos.



Flávio Bacellar e Edward Costa

Schwinden, em frente ao antigo prédio do Caetano de Campos, e Troncoso Peres lembram o bom nível do ensino no passado